

Ensaio bibliográfico

O que é um humano? Variações da noção de domesticação em Tim Ingold

Carlos Emanuel Sautchuk
UnB

Pedro Stoeckli
PPGAS/UnB

Em 1988 Ingold publica *What is an animal?*, resultado do colóquio “Cultural attitudes to Animals, including Birds, Fish and Invertebrates”, organizado por ele no âmbito do World Archaeological Congress, com a participação de pesquisadores de diferentes áreas, como biologia, semiótica e psicologia. Tornada uma referência, essa obra não só ilustra a centralidade das relações entre humanos e animais no pensamento de Ingold, mas é também um bom demonstrativo da maneira em que essa importância se dá, pois aponta para a ênfase na interdisciplinaridade como meio de lidar com o que parece ser uma limitação dos conhecimentos e conceitos da antropologia nesta seara.

Há ainda outro aspecto significativo nesta obra, a respeito do objetivo em vista do qual a relação entre humanos e animais é manejada por Ingold. Não fosse suficiente o título de seu próprio artigo (“The animal in the study of humanity”), na introdução do volume, ao elaborar críticas à aproximação culturalista (e construtivista) da relação entre humanos e animais, Ingold afirma que esta vertente da antropologia, ao assumir certos pressupostos “superorgânicos” sobre a singularidade humana contra os quais ele se volta, deixa de lado o que ele chama de a “Grande questão”, que consiste justamente em indagar sobre “o que é a natureza humana?” (1988:11). Ora, se o título da obra apresenta um convite a outros saberes mais refinados sobre os animais, fica evidente que se trata de questionar “o que é um animal?” (com auxílio de outras disciplinas) justamente como estratégia para repensar o humano e, portanto, a própria antropologia. Esta é uma postura relativamente constante ao longo das variações do pensamento ingoldiano neste assunto.

Tal conclusão provavelmente não é estranha ao público brasileiro, pois se insinua na publicação de Ingold (1995) mais difundida entre nós até pouco tempo atrás, sobre humanidade e animalidade. Porém, é o caso de notar que, se a resignificação do animal é um meio de repensar o humano e a antropologia, o interesse na relação entre humanos e animais assume diversos formatos e intuítos ao longo das quase quatro décadas em que ele tem lidado com o tema. De modo que tomamos esta coletânea como um ponto inicial, não porque ela seja síntese das ideias de Ingold a este respeito, mas porque está situada num ponto intermédio e crucial da obra ingoldiana – nos sentidos cronológico e também epistemológico. Gestadas a partir da etnografia e do diálogo com o campo dos caçadores-coletores, tais ideias provocam em seguida novas derivações, quando emerge o caráter mais propositivo, que marca a fase subsequente de seus escritos.

Abordaremos esse panorama mais geral das relações entre humanos e animais na obra ingoldiana enfocando uma noção central para o assunto – a de *domesticação* – tratando das formulações e dos deslocamentos que ela ganha ao longo de seus escritos. Além de indicar certas variações no formato que a preocupação com a relação entre humanos e animais pôde assumir em Ingold, acreditamos que esse tipo de exercício tem também o valor mais genérico e difuso de explicitar as diversas acepções e os objetivos que um tipo de questão – neste caso, uma mesma palavra – pode assumir na pena de um dado autor. Não se trata de apontar contradições (ainda que o próprio autor as assuma), mas de indicar variações significativas, inclusive para enfatizar a dimensão relacional dos conceitos, tidos aqui menos a partir de suas definições formais e mais com base nos movimentos que provocam em certo campo de discussões ou em face de uma questão específica.

Os sete livros autorais de Ingold constituem o material de nossa análise, incluindo monografias e coletâneas, pois neles reside, sem dúvida, o fluxo principal de sua obra no decorrer de quase quatro décadas, entre 1976 e 2011, demonstrando com mais nitidez e detalhamento seus desenvolvimentos argumentativos.¹ Classificamos seus escritos em quatro fases, que não coincidem totalmente com aquelas que o próprio autor expõe em sua última coletânea, *Being Alive: essays on movement, knowledge and description* (2011, doravante BAL), ao lançar um olhar retrospectivo e auto-organizativo sobre seu pensamento. Tal divergência se deve, entre outras coisas, ao fato de que ele busca sublinhar a evolução de suas preocupações teóricas mais amplas (deixando de lado a fase etnográfica de seu trabalho), enquanto estamos voltados para a forma em que a noção de domesticação (e a relação entre humanos e animais) surge enquanto problema etnográfico e passa a ser considerada em cada etapa de sua produção.

A seguir veremos, portanto, como a noção é manejada como ferramenta de diálogo com a ecologia, propiciando uma alternativa para repensar os problemas etnográficos com que lidava – sobretudo no que diz respeito às consequências das diferentes formas de relação com as renas entre certas populações do Ártico. Em seguida, suas preocupações inclinam-se para as elaborações acerca de evolução e história, e a ideia de domesticação figura como um dos meios acionados para recolocar os termos da relação entre humanidade e animalidade. Depois, a rediscussão em torno dela serve para fixar distinções entre sociedades industriais modernas e sociedades tradicionais, no âmbito de uma crítica à distinção natureza e cultura. Por fim, ela perde sua força, deixando de ser um conceito, quando, na última fase de seus estudos, a distinção entre humanos e animais e a própria existência dos organismos (e das espécies) perde espaço para a ideia de fluxos e linhas, associados à onipresença da vida.

Pertinências e precisões

O primeiro livro de Ingold foi publicado em 1976, com o título *The Skolt Lapps Today* (doravante SLT), resultado da pesquisa de doutoramento realizada entre criadores de rena da Lapônia, no norte da Finlândia. A obra compõe a coleção “Changing Cultures”, organizada por Jack Goody, voltada à questão de como sociedades não industriais se relacionavam e se adaptavam a condições do mundo moderno. Ingold busca apresentar os Skolts daquele momento histórico sem torná-los estáticos no tempo, mesmo mostrando que eles se organizavam em pequenos grupos e que, na época do estudo, sua economia se baseava principalmente na pesca e em atividades e produtos derivados das renas.

Ingold acompanhou as mudanças na dinâmica de criação das renas em função da inserção de novas formas de exploração, comercialização e do uso de novas tecnologias. Não cabe aqui rever o extenso estudo sociogeográfico e histórico que Ingold apresenta, mas tão somente perceber como a relação dos Skolts com as renas marcou essa etnografia e os desenvolvimentos teóricos posteriores de nosso autor, sobretudo no que se refere à relação entre humanos e animais e à noção de domesticação, em particular. Logo na abertura da seção sobre a atividade pastoril, Ingold postula algo que exerce impacto considerável em sua etnografia e nos escritos ulteriores: a rena situa-se numa fronteira que desafia as distinções entre o doméstico e o selvagem.

Ingold mostra que a relação entre humanos e renas é antiga, marcada desde a pré-história pela caça e pela domesticação para uso como animal de carga ou chamariz. O modo de criação da rena que os Skolts apresentavam na época da pesquisa (entre 1970 e 1973) caracterizava-se por uma transição entre o abate

do animal em proporções mínimas, com o objetivo de suprir necessidades do grupo doméstico, e o abate visando abastecer o mercado externo, o que Ingold analisou através de uma aproximação com práticas econômicas de características capitalistas. De qualquer modo, ao mesmo tempo em que se beneficiavam dos animais, os pastores de rena se empenhavam na sua proteção contra predadores e parasitas, fator que Ingold definiu como uma ligação simbiótica entre ambos (SLT:19). Como um dos principais pontos do trabalho, ele conclui que o padrão de um pastoralismo intensivo-simbiótico viria a ser substituído por outro, de tipo extensivo-predatório, resultado de três fatores: deterioração dos pastos, adoção do trenó motorizado e crescimento do mercado para os produtos da rena (SLT:29). Isso explicava o seu desconcerto inicial, quando chegou ao campo e não encontrou animais nas redondezas dos agrupamentos humanos que ele considerava como pastores (Ingold, 2001).

Este caso é tido por Ingold como peculiar, quando contrastado com o de outros animais pastoris, pois as renas eram criadas soltas em um território extenso e apresentam alto grau de mobilidade em função das mudanças sazonais no ambiente. Sendo assim, as renas permanecem livres durante o verão, em pastos de propriedade comum, e são reorganizadas em grupos de propriedade individual durante o outono e o inverno (SLT:21). A demarcação de propriedade das renas era feita através de marcas nas orelhas dos animais. Renas sem marcação eram chamadas de *peurat* e divididas entre os grupos através de leilão e de outras dinâmicas, como a caça. Além dos grandes grupos de animais soltos, algumas renas eram mantidas próximas às moradias skolts, para uso como animais de carga e para a obtenção de leite.

Para compreender a atividade pastoril skolt, Ingold recorre a características do comportamento das renas, tal como a tendência de seguir uma liderança, de serem atraídas pelo som de sinos e de se agruparem diante da presença de um cão (SLT:36). Em uma análise histórica da população de renas na região dos Skolts, ele demonstra que variações climáticas e de tamanho do grupo indígena modificaram o tipo de relação com a rena, culminando nessa forma de criação livre, que apresentava a incerteza de que os mesmos animais seriam encontrados após sua temporada errante.

Dentre as estratégias adotadas para lidar com tal incerteza está o uso de aparatos, como o trenó motorizado (*snowmobile*), que trouxe inovações na busca e na localização das renas. No entanto, este veículo também modificou a relação entre animais e humanos, pois o alto ruído do motor espanta alguns grupos de renas não habituadas à sua presença. O uso de um veículo ruidoso na procura por animais errantes é visto por Ingold como um aspecto que se afasta da ideia

do trato do tipo pastoril com as renas, aproximando a localização dos animais a uma forma de relação predatória. Isto porque, ao perceber o alto ruído do *snowmobile*, as renas tendem a se comportar de forma semelhante a quando perseguidas por lobos ou outros predadores: escapando em um primeiro momento e encarando o perseguidor quando não há mais possibilidade de fuga.

Ingold não aponta somente como estes animais têm um movimento muito particular ao longo do território, mas também uma organização própria. As renas, afirma ele, são animais que tendem a se organizar em grupos hierarquicamente estabelecidos e são capazes de se reconhecerem como indivíduos com funções diferenciadas dentro de seu grupo (SLT:20). Assim, a etnografia de Ingold leva em consideração que a relação com a rena envolvia o movimento ao longo do território, tanto dos animais quanto dos criadores, marcada por variações sazonais da paisagem. De forma similar, em seu estudo há espaço para a intencionalidade da rena, suas reações aos movimentos e às ações humanas e seu hábito de estabelecer grupos hierárquicos. Tudo isso faz com que ele considere a rena não como objeto ou insumo natural a ser apropriado, mas como um ser dotado de volição, em constante movimento e engajamento com o meio e com os humanos.

Já é possível identificar aqui, portanto, o intento de Ingold de, a partir da etnografia e do recurso a outros domínios do conhecimento, sofisticar a abordagem da relação entre humanos e animais, porém mantendo o pressuposto de uma fronteira entre as espécies. A partir da moldura interespecífica, ele trata de oferecer uma leitura dinâmica das relações, mostrando como transformações econômicas e sociais devem ser pensadas em associação com os vários aspectos que permeiam a zoologia de uma espécie. Isto aponta para a complexidade da noção de domesticação, que comporta, por exemplo, a crítica da idéia de que quanto mais instaurada a dinâmica capitalista, mais intensa a domesticação de uma espécie.

A partir desta ideia, Ingold empreende nova pesquisa de campo e faz um vasto apanhado de etnografias da região, chegando à conclusão de que, tomadas em diferentes situações e em contraste com outros animais domésticos, as renas suscitam questionamentos sobre o que constitui o próprio processo de domesticação. *Hunters, pastoralists and ranchers: reindeer economies and their transformations* (1980, doravante HPR), é o resultado dessa empresa, dedicada ao estudo das mudanças na relação com as renas entre diferentes grupos humanos, privilegiando o foco na transição entre modelos de vínculos com os animais como elemento central para a compreensão dos modos econômicos. Em seus próprios termos, “a diferença entre a caça e o pastoreio não está nas

características particulares dos animais, mas nas *relações produtivas* que ligam animais e homens” (HPR:82; grifo no original).

Nessa transição para um interesse etnográfico explicitamente comparativo, Ingold visa demonstrar que economias baseadas na caça, no pastoreio ou voltadas ao mercado não excluem necessariamente outras formas de relação entre humanos e animais. Nesse sentido, por exemplo, podem ser encontrados animais domados em grupos caçadores, ou então, a criação por reprodução seletiva pode estar presente tanto em economias de subsistência quanto naquelas destinadas ao mercado. Desejando dar conta da diversidade de relações com os animais que ele detecta nesse cenário etnográfico mais amplo, Ingold apresenta de forma crítica alguns conceitos de domesticação, tendo em vista ajustar o uso dessa noção a seus objetivos.

Um deles é o de Wilkinson, que afirma que a movimentação sazonal tanto de grupos de caçadores quanto de pastores depende dos ciclos dos animais com quem se relacionam, o que faz com que ambas se assemelhem inicialmente. Então, para Wilkinson (*apud* Ingold, HPR:128), a domesticação envolve situações nas quais há a tentativa de condicionar os ciclos sazonais do animal para coincidirem com as necessidades do grupo doméstico humano. Já para Bökönyi, um arqueólogo, a domesticação é o processo de captura e doma de espécies animais com características comportamentais específicas, o que implica o controle de suas condições de procriação visando ao benefício humano (HPR:142).

Para Ingold, entretanto, a captura, a doma e a procriação controlada constituem processos diversos e independentes, que não necessariamente se apresentam associados e, por isso, a domesticação não pode ser definida por um ou outro aspecto, como em Wilkinson ou em Bökönyi. Assim, é importante frisar o cuidado com que o autor utiliza e distingue os termos *tame*, *herd* e *breed*, que podem ser traduzidos do inglês como doma, criação e procriação. Em HPR (:23), o autor vê nestes três componentes da interação homem-animal, respectivamente, os aspectos social, ecológico e técnico da noção ampla de domesticação. O mais importante a reter aqui é que, apesar destas ideias estarem muitas vezes associadas, como em diferentes autores e mesmo nas definições correntes, Ingold as percebe como operações particulares e independentes.

Ele extrai disso algumas consequências importantes. Por exemplo, o controle sobre a reprodução dos animais, o *breeding*, comumente conota a relação de doma e o *status* de animal para trabalho doméstico (HPR:124). Entretanto, para Ingold, isto não passa de uma confusão de termos, pois um processo não condiciona os outros. Este é o caso de grupos de animais em economias do tipo *rancher*, que são domesticados, mas não necessariamente domados. Caso inverso

é o de animais domados e usados por caçadores como iscas, mas que nem por isso são agrupados nem têm sua reprodução condicionada por ações humanas. De igual maneira, Ingold argumenta que a reprodução seletiva possibilita alterar os traços inerentes ao animal, o que ele relaciona à noção de ser “morfologicamente domesticado” (HPR:82) através da técnica de seleção artificial, sendo esta uma característica básica do *breeding* (HPR:133), a procriação controlada.

Ainda que Ingold estabeleça que várias espécies podem ser domadas e incorporadas a grupos humanos com finalidades diversas, ele ressalta que a inserção de animais no ciclo humano não demanda necessariamente o controle de sua reprodução. Ou seja, nessa concepção de *domesticação*, a relação entre humanos e animais não humanos não requer que o segundo seja “morfologicamente domesticado” (HPR:95). Isto fica especialmente claro na seguinte passagem:

[...] I find it necessary to distinguish three forms of man-animal interaction, which I shall designate as taming, herding and breeding. Each does not necessarily imply, and may even preclude, the other. Only selective breeding can alter the inherited traits of an animal population in intended, irreversible ways. Tame animals may be “domestic”, in the sense of their incorporation as members of human households, but need not be morphologically “domesticated”. Conversely, selectively bred animals may run wild, as in emergent ranching systems, while the herds of pastoralists need be neither “domestic” nor “domesticated”. It will not do to refer to such combinations as states of “semi-domestication”, for the implication that they are in the process of evolution towards “full” domestication is not always warranted (HPR:82).

Além disso, Ingold recorre a três tipos de associação ecológica como ferramentas para pensar as relações entre espécies: predação, parasitismo e simbiose (HPR:26-31). Com isso, ele estabelece outra distinção importante, de escala, já que a predação do indivíduo pode ser um parasitismo em termos da espécie, assim como o parasitismo do indivíduo pode ser a predação de suas células. Ele também lança mão de sua própria etnografia da mudança entre pastores para mostrar que a simbiose não tende necessariamente ao equilíbrio. Ademais, demonstra como as diferentes formas de predação, tanto humana quanto não humana, têm em alguns casos o impacto de limitar a população predada e, em outros, o de estimular seu crescimento.²

Com isto, ele caracteriza as três formas econômicas que analisa a partir de diferentes aspectos da relação entre humanos e animais:

	caça	pastoreio	rancher
posse	predatória	protecionista	predatória
relação	coletiva	dividida	dividida
finalidade	subsistência	acumulação	mercado

Nesse sentido, Ingold concorda que a exploração de animais domesticados seja marcada por características predominantemente diferentes, a depender de cada economia. A doma ressalta em economias de caça; o arrebanho, na pastoril; e a reprodução controlada, na de tipo *rancher* – mas é importante dar-se conta de suas combinações. Por exemplo, apesar da diferença entre o pastoreio e o *rancher*, a relação de proteção contra outros predadores é condição de ambos. Esse é um processo que traz mudanças significativas, pois, nas palavras do autor, “the more the herds are protected, the more they *have to be*” (HPR:53).

Dessa maneira, no que consideramos a fase inicial de suas preocupações a respeito das relações entre humanos e animais, a discussão sobre a noção de domesticação, em sentido *lato*, caracteriza-se enquanto aprimoramento de uma ferramenta útil para a compreensão de situações etnográficas que envolvem associações interespecíficas particulares. Enfim, é uma forma de lidar com as múltiplas manifestações da relação humano-animal em situações concretas, fazendo menção aos processos de grande escala, mas sem ter de apelar para as amplas causalidades e determinações. Trata-se, portanto, de precisar as nuances dessa noção para incrementar sua pertinência.

Intencionalidade e volição

Após a publicação de HPR, Ingold dedica-se a uma série de artigos, dos quais uma parte está reunida em sua primeira coletânea, *The Appropriation of Nature: essays on human ecology and social relations* (1987, doravante APN). Este é um período em que seus interesses se deslocam

from rather specific issues concerning the social and ecological aspects of hunter-gatherer and pastoral modes of subsistence, to very general questions about the differences between human beings and other animals, and their evolutionary implications (APN:13).

Tal movimento rumo a uma generalidade teórica, que ganhará traços cada vez mais propositivos, fica especialmente claro ao consideramos a aparição, em 1986, de *Evolution and social life* (ESL). Esta é, com certeza, a obra em que Ingold mais dialoga com a teoria social, e com a antropologia em particular, e também aquela em que ele se dedica com mais esmero e minúcia à justificação teórica da apropriação de abordagens oriundas da biologia, como as ideias de organismo e vida, enquanto horizontes fundamentais para sua proposta de antropologia. Outro aparente paradoxo é que, sendo possivelmente uma das obras menos revisitadas de Ingold, ESL parece-nos a mais importante para a compreensão da associação entre sua fase etnográfica e aquela mais recente, tendo em vista que boa parte do que se desenvolveu depois, em termos de proposições teóricas, está aí explícito, preparado ou insinuado.

Mas limitemo-nos aqui a observar que essa fase, como o próprio Ingold escreve acima, está marcada por uma ênfase cada vez maior na relação entre humanos e animais, enquanto grandes categorias, ao invés de nas relações interespecíficas particulares dos escritos anteriores. Isto faz com que o termo domesticação habite outro nicho de discussões, influenciado pelas conclusões de HPR, é verdade, porém voltado cada vez mais ao problema das semelhanças (e diferenças) entre humanos e animais (não humanos). Dito de outro modo, vários pressupostos se mantêm, mas as indagações em face das quais a noção de domesticação passa a atuar a fazem empreender diferentes formas de conexão.

O segundo movimento importante de remodelação de alguns pontos já avançados em SLT e HPR está associado às discussões sobre intenção animal, que foi apresentada no plano empírico e ganha agora o estatuto de princípio a operar na relação entre humanos e animais. Ele começa se contrapondo à ideia bem difundida de que, por não serem dotados de racionalidade e consciência, animais não possuem intencionalidade em sua ação. Ingold argumenta que essa linha de pensamento remete a Descartes e propõe repensar as noções de consciência e de intencionalidade, tanto em humanos como em animais não humanos. Para tanto, lança o debate a partir da célebre parábola de Karl Marx, retomada frequentemente pelo autor em seus escritos, tal como em APN, ESL (e ainda em PTE), que contrasta a habilidade e a intencionalidade de abelhas e arquitetos. Ao pensar o trabalho de ambos, Marx afirma que a diferença entre o arquiteto mais incompetente e a mais habilidosa das abelhas é que o primeiro cria um modelo ou esquema (uma *blueprint*, como representação do simbólico) em sua cabeça antes de executá-lo (APN:16-17).

Outra referência importante nessa mesma linha são as ideias de Lewis H. Morgan sobre os castores e sua capacidade construtiva. Para este autor, o castor

seria capaz de visualizar a totalidade de seu trabalho de construção, assim como o faz um humano. Ingold afirma que em Morgan a ideia de evolução aparece como um movimento da mente ou da consciência, que seria o princípio da vida (ESL:218). Dessa forma, enquanto para Marx a peculiaridade do trabalho humano está em sua capacidade de construir modelos prévios à ação no mundo, em Morgan o mesmo princípio é estendido aos castores. Mas tanto em Marx quanto em Morgan, Ingold aponta uma tendência a confundir as ideias de consciência e de pensamento.

Em oposição a estas ideias (além de várias outras apresentadas pelo autor), que apresentam como ponto comum a indagação sobre se animais têm ou não consciência de sua ação, assim como os humanos, Ingold afirma: “animals are surely conscious, and in so far as their actions are directed by consciousness, they can be said to embody intent or purpose” (ESL:210). Ademais, embora a intencionalidade não seja atributo exclusivamente humano, não se pode afirmar que animais não humanos são capazes de articular planos simbólicos prévios à ação. O que lhes falta, afirma o autor, é a capacidade de monitorar de maneira reflexiva suas ações e articulá-las em forma de discurso. Neste sentido, a racionalidade nos propicia reconstruirmos etapas da ação que são vistas como resultantes da possibilidade de livre escolha, o que seria uma singularidade em relação aos demais seres.

Entretanto, Ingold enfatiza que o postulado racionalista do agente consciente, a todo tempo baseado em diferentes possibilidades de escolha, serve apenas para descrever uma pequena parcela da ação dos indivíduos. A visão cartesiana do sujeito é a de um ser inteligente que pensa antes de agir, mas na maioria de situações práticas, mesmo entre os humanos – defende Ingold – os indivíduos não agem dessa forma. Nesse sentido, a recolocação da distinção entre humanos e animais o leva a observar que, em grande parte do tempo, nem os humanos são tão “humanos” quanto alguns teóricos os definem. Em contraponto a isso, Ingold segue a ideia de H. Bergson apresentada em *Creative Evolution*, de que a vida subjetiva dos seres não se limita às façanhas do intelecto (ESL:219). Isto se aplicaria também aos animais:

we find it difficult to comprehend the intentionality of action by other animals that, rightly or wrongly, are thought not to possess the intellectual faculty of reason [...] Yet animals are surely conscious, and in so far as their actions are directed by consciousness, they can be said to embody intent or purpose. What perhaps they cannot do, lacking the distinctively human linguistic capabilities that Chomsky has rightly emphasized, is to subject their conduct to reflexive monitoring and to articulate their intentions in discourse (ESL:210).

Desta forma, mesmo que diferentes teóricos reconheçam em animais certa inteligência prática e capacidades perceptivas, comumente não se lhes creditam aptidões criativas e volitivas. Ingold responde então ao problema suscitado pela afirmativa de Marx através de um remanejamento dos termos da pergunta – ele sublinha que animais possuem intencionalidade e subjetividade, ainda que diferentes das humanas. Podemos dizer então que Ingold responde (ou reposiciona) a questão da relação entre humanos e animais propondo a existência de uma diferença sutil (reflexividade, discurso) englobada por uma semelhança fundamental (intencionalidade, consciência). Esta é, aliás, uma proposição fundamental para ele em *What is an animal?* e em *Humanidade e animalidade*.

Diante disso, a noção de domesticação é acionada sobretudo em duas circunstâncias. A primeira delas, mais geral, para afirmar que as relações entre animais e humanos são sociais, fixando uma compreensão sociológica de domesticação. Num momento, pensando a partir dos pressupostos de Marx, ele assinala que os animais domésticos não são ferramentas, mas trabalho propriamente dito, pois que incorporados nas sociedades humanas (APN:20). Mais adiante ele se aproxima de Ducos, um arqueólogo, ao defender que a domesticação não se define pela dinâmica evolutiva dos animais, mas sim das sociedades humanas (APN:113, 127).

Fica em aberto aqui, porém, o problema do estatuto do animal nas sociedades de caçadores, e é exatamente para isto que ele se volta no último artigo do volume, revisitando percepções de HPR. Ao apresentar diferentes fontes etnográficas acerca do tratamento personificado conferido aos animais em sociedades de caçadores, Ingold compara então os modos de relação com os animais na caça e no pastoreio, através de duas manifestações recorrentes. Ele considera a figura do espírito que guarda os animais entre caçadores e o ritual de sacrifício entre pastores, tendo em conta que a caça de animais selvagens, assim como o sacrifício de animais domésticos são tidos pelas populações que as praticam como formas de renovação do mundo (e dos animais). Ele afasta qualquer intenção de estabelecer um vínculo evolutivo ou histórico entre as duas instituições, mas sim uma relação formal.

Propondo alguns paralelos que situam humanos, animais e entidades sobrenaturais em diferentes posições, Ingold conclui que o modelo da domesticação – ou, em outras palavras, a socialização – é a forma geral de relação com os animais, mesmo em sociedades de caçadores. Ainda assim, há que se atentar para as diferenças, como aquela relativa aos filhotes criados por caçadores, que não são equivalentes aos animais domesticados, já que eles estão ali apenas na qualidade de hóspedes. Com isso, ele volta à importante distinção (que viria a ser bastante

elaborada por Descola [2002]) entre familiarização ou doma (*tame*) e domesticação em sentido estrito (*breeding*), que fora explorada em HPR, mas agora num plano de generalidade acerca das formas de relação entre humanos e animais.

Confiança ou dominação

Se em APN o propósito foi o de reposicionar a diferença entre humanos e animais, retirando do cogito a posição de principal critério diferenciador, na passagem para a década de 1990 – na série de textos que viriam a ser republicados em seu livro mais conhecido, *The Perception of the Environment: Essays on Livelihood, dwelling and skill* (2000, daqui por diante PTE) – ganha corpo a questão de como pensar as semelhanças entre humanos e animais. Com o enfoque na vida e no organismo, além de uma aproximação mais intensa com a fenomenologia, ele renova sua posição contrária à preeminência do discurso na forma de se fazer antropologia.

Assim, um dos seus alvos prediletos é o interpretativismo de Geertz, contra o qual afirma que o mundo não pode ser visto como se fosse coberto por uma rede de significados (ou de textos a serem lidos), já que este é imanente aos engajamentos práticos das pessoas com o meio (PTE:154). E este engajamento, como vemos na ideia de *dwelling*, é sempre caracterizado pelo movimento de organismos-pessoas em um ambiente próprio. Ele desenvolve essa ênfase no movimento a partir da psicologia ecológica, para a qual a percepção sensorial se dá através da ação do ser num dado ambiente (PTE:166). Declara-se inspirado, entre outras, pelas ideias de James Gibson, autor que marca fortemente essa transição em suas perspectivas teóricas. Para Gibson, a pessoa não tem necessidade de reconstruir o significado em sua cabeça para agir, pois este é acessado diretamente através dos sentidos. Desse modo, a ação e a percepção de pessoas e animais se dão através do movimento e da interação destes com o mundo, e não de uma perspectiva estática de observação e análise (PTE:226).

De maneira semelhante, Ingold incorpora à sua teoria as influências de Jakob von Uexküll (1982), notadamente o pressuposto fenomenológico de que o ambiente deve ser considerado na relação com cada ser (seja humano ou animal) de forma particular, o que é a base do conceito de *umwelt*, ou “mundo próprio”, tal como dele se apropria e o desenvolve. Esse “mundo próprio” é constituído dentro de um projeto de vida do animal (inclusive os humanos), que leva em consideração as possibilidades de interações concretas (deslocamento aéreo ou terrestre, forma de alimentação etc.). Nesse sentido, os seres não se situam num mundo predefinido, mas significam e atuam num ambiente que deve ser apreendido conforme a sua perspectiva.

O exemplo da árvore usado por Uexküll visa demonstrar que esta não pode ser tomada simplesmente como um vegetal, em termos biofísicos, pois é integrada diferentemente a distintos mundos próprios, conforme os atributos e as intenções dos seres numa relação ecológica. Enquanto para um lobo ela pode ser uma morada, para uma coruja ela é o local de pouso, para um inseto uma fonte de alimento, enquanto o lenhador vê a mesma árvore como a possibilidade de obter madeira. Assim, o significado dos elementos do meio não está neles nem na cabeça dos humanos, mas nos potenciais de interação, pois quando conjugados a seres particulares, eles compõem mundos próprios de maneiras diferenciadas (PTE:176 e ss.).

Frisemos que estes dois autores partem de uma similaridade fundamental no modo de significação do mundo por parte de humanos e de animais, justamente porque não restringem o sentido ao plano discursivo ou cognitivo (que seria uma especificidade humana), mas à ligação direta com um ambiente. A partir dessa simetria referente à relação entre humanos e animais, Ingold enfatiza que a história das vinculações entre eles é uma via de mão dupla, da qual só temos registros das perspectivas dos humanos.

Usualmente, tal narrativa visa demonstrar como esse histórico culminou na posição superior dos humanos sobre os animais na sociedade industrial (PTE:61), ideia que é bem explorada no capítulo “From Trust to Domination”. Retornando aqui às etnografias dos chamados povos caçadores e coletores, Ingold busca mostrar que nessas sociedades as relações entre humanos e animais são marcadas por um sentimento de respeito ou confiança. Essa postura para com os animais não humanos é evidenciada, por exemplo, na personificação, na evitação de ofensas e afrontas e de matanças desnecessárias. Tal atitude é trazida em contraposição às leituras que retratam os caçadores em face do meio como um aglomerado sem ordem diante de insumos a serem livremente apropriados e transformados, numa forma de exploração da natureza.

Mas, ao invés de repensar a relação entre caçadores e pastores, como fizera em APN, agora Ingold se volta mais claramente contra a percepção, nas sociedades industriais modernas, dos povos caçadores e coletores como seres a meio caminho entre o mundo natural, selvagem e fora de controle e o mundo dos seres humanos desenvolvidos e civilizados. Ingold aponta que esta perspectiva sobre as sociedades de caçadores pode ser vista nos escritos de Darwin, Engels e outros, para quem a atividade de grupos no meio natural é uma eterna busca de recursos ao mesmo tempo escassos e necessários para a sua sobrevivência. Ele aciona aqui, portanto, outra grande chave da reflexão antropológica, marcada por uma crítica do pensamento ocidental através do binômio *the West and the rest*.

Diante desse quadro, Ingold redireciona a noção de domesticação, indicando apenas um tipo de intervenção na natureza, que não poderia estar presente se não em sociedades industriais. Em PTE a domesticação só é possível, portanto, se já tiver sido pressuposta a transcendência do humano sobre o mundo natural.

Since our present concern is with the history of human-animal relations, or rather with a particular narration of that history, I want to stress the way 'domestication' figures in this account as a feat of engineering, as though the ox were man-made, an artificial construction put together like the plough (PTE:63).

Haveria, então, uma separação implícita entre humanidade e natureza na ideia de domesticação, algo que não pode ser encontrado em sociedades não industriais, como enfatiza o autor. A noção da humanidade um degrau acima do estado natural – e, portanto, em condições de domesticar o selvagem – baseia-se em um processo de separação das duas esferas através do advento das instituições e da ordem social, premissa da perspectiva que narra uma transição do selvagem ao civilizado (PTE:64).

Diferentemente das atitudes não ocidentais que Ingold agrupa no termo *trust*, essa dicotomia humano-natureza é marcada pela posição de dominação e pela imposição da vontade humana aos animais e ao meio. Nesse sentido, em sociedades pastoris, Ingold argumenta, mesmo que o pastor tenha atenção e cuidado voltados aos animais com que lida, em última instância é ele quem toma decisões de vida ou morte, pois aqueles estão sujeitos à sua vontade em uma relação que o autor caracteriza como semelhante à de um mestre com seu escravo. Para apoiar seu argumento, Ingold recorre a descrições históricas e etnográficas que traçam paralelos entre o animal domesticado e o escravo (PTE:72-4).

Entretanto, aquela distinção explorada em SLT e HPR – entre caçadores e pastores – é minimizada quando posta diante da oposição fundamental entre sociedades industriais e sociedades tradicionais. Entre os povos pastoris, bem como entre os caçadores, animais não humanos são tidos como seres autônomos e dotados de volição. É somente com o advento das sociedades industriais que a relação com animais não humanos passa a ser marcada por uma postura que os considera como seres sem intencionalidade:

[...] although the relations pastoralists establish with animals are quite different from those established by hunters, they rest, at a more fundamental level, on the same premise, namely that animals are, like human beings, endowed

with powers of sentience and autonomous action which have either to be respected, as in hunting, or overcome through superior force, as in pastoralism (PTE:74).

A partir disto, Ingold sustenta que a história das relações entre humanos e animais não humanos, em geral registrada como uma libertação do estado selvagem do ser, deveria ser narrada pela transição das relações de confiança às de dominação. Assim, de uma prática interespecífica, de um meio para pensar a relação entre humanos e animais, a domesticação é manejada no sentido de uma crítica à modernidade industrial, passando a significar uma atitude, uma dada postura entre seres pensados como fundamentalmente desiguais. Podemos notar que várias das facetas da crítica que Ingold pratica através da noção de domesticação se voltam para alguns pressupostos ou premissas bem difundidos, que aparecem noutros pontos de PTE. Seja em suas ideias acerca do *dwelling* ou em sua noção de *skill*, o autor de maneira primordial ataca certa visão que retrata os seres humanos como seres capazes de impor concepções simbolicamente construídas a um mundo exterior (*world out there*), tratado como material bruto a ser moldado pela cultura e pelo intento consciente da humanidade. Rever a noção de domesticação torna-se, assim, uma forma de crítica da modernidade, justamente porque a distinção humano/animal caracteriza-se como um aspecto gerado por este pensamento.

The idea of production as making, I argue, is embedded in a grand narrative of the human transcendence of nature, in which the domestication of plants and animals figures as the counterpart of the self-domestication of humanity in the process of civilization (PTE:74).³

Pode-se dizer, em suma, que em PTE estão presentes dois pontos da crítica ingoldiana à noção de domesticação. Em primeiro lugar, ele diz que aquilo que comumente se tem como o processo histórico-evolutivo de controle das espécies naturais é na verdade a passagem de uma relação de confiança para outra de dominação – dito de outro modo, não representa a conquista dos anseios humanos, mas sua transformação, que de fato é uma forma de apartação, de desengajamento com o resto do mundo. Decorrente deste primeiro ponto, e a título de crítica teórica, ele afirma que a domesticação, enquanto categoria analítica, é empregada normalmente a partir da concepção ocidental que distingue humanidade e natureza (PTE:63), o que enviesa a compreensão da relação que outras populações (não industriais) mantêm com os animais. Como corolário

disto, segue que o uso da categoria domesticação no sentido de dominação da natureza, para qualificar práticas de populações não diretamente submetidas às transformações da modernidade ocidental, seria incorrer numa espécie de etnocentrismo, mesmo quando se trata de sociedades de pastores.

Onipresença da vida e obsolescência da domesticação

Nos escritos deste século – *Lines: a brief history* (2007) e BAL – a domesticação perde o interesse que teve no início de sua obra enquanto categoria de aproximação etnográfica ou de viabilização do debate teórico entre humanos e animais, assim como sua função como meio de crítica da modernidade e, por extensão, da própria antropologia. Tanto assim que o vocábulo praticamente não emana mais da pena de nosso autor. E é importante notar aqui algo distinto de um simples distanciamento etnográfico ou uma mudança de interesses teóricos. Ao contrário, o que antes havia sido estabelecido é aprofundado, de maneira que estamos na verdade diante de uma postura ativa para constituir uma abordagem que evita deliberadamente dois pressupostos básicos da noção de domesticação.

O primeiro deles é a distinção entre humanos e animais, através de uma ênfase nas similaridades de caráter fenomenológico (e não tanto biológico) entre os organismos-pessoas (e não tanto entre espécies), como vinha sendo delineado em PTE. Mas o outro ponto, que surge de fato em *Lines* e em BAL, é de grande importância para entender a desapareição da noção em Ingold: o posicionamento central da ideia de vida e seu caráter difuso, para além do domínio biológico tal como o conhecemos, e a conseqüente erosão do valor heurístico do organismo. Em PTE a vida era intrínseca ao organismo(-pessoa), agora ela o transcende e o forma, quase como um seu subproduto: “I conclude that the organism (animal or human) should be understood not as a bounded entity surrounded by an environment but as an unbounded entanglement of lines in fluid space” (BAL:64).

Não seria difícil demonstrar como essa noção de uma antropologia centrada na ideia de vida (tanto de PTE quanto de BAL) remete a ESL, que pode ser considerado uma espécie de elo entre as questões relativas a caçadores-coletores, à relação com a natureza e à evolução e à forma como elas se transfiguram numa busca por uma antropologia de outra ordem – uma antropologia para além da teoria social, uma antropologia da vida. Em BAL sente-se com toda a força o retorno da influência de Bergson, já posta em ESL e outros escritos, que explica vários pontos da transição a partir de PTE, como a convergência aparentemente inaudita de BAL com Deleuze e Simondon, além do retorno a Leroi-Gourhan, por exemplo.

Com isso, em BAL, o termo doméstico é reduzido a um mero adjetivo para designar espaços ou seres mais imediatamente associados ao humano, sem maiores consequências ou relevância do ponto de vista analítico. Se isto está diretamente ligado a uma menor importância do organismo, poderíamos indagar-nos sobre o seu significado para o tratamento ingoldiano da relação entre humanos e animais. Todavia, para sermos honestos com o autor, é preciso não mais formular a pergunta nestes termos, pois não estão mais operando como antes em seu pensamento as duas distinções a partir das quais ela se colocava: cultura/natureza e ser/meio.

De certo modo, aqui as duas questões – que ele pensara ter respondido em associação – sobre o que é o animal e o que é o humano, já não fazem tanto sentido, ou melhor, parecem ser reduzidas a uma só, muito mais ampla. O próprio título do livro remete a uma forma diferente de compreender estes termos. Recorrendo a Deleuze, Ingold comenta que o animal pode ser considerado de três maneiras: como um ser antropomorfizado (ou numa via sentimentalista), num intuito objetificante (sujeito a uma classificação, por exemplo) ou, alternativamente – e é o que ele defende aqui – como um “process of becoming”, de contínua criação, ou de “being alive” (BAL:174). E nisso reside uma conclusão mais geral de sua proposta, estendida também a outros seres e coisas, inclusive aos humanos.

Recebido em 12/11/2012

Aceito em 26/11/2012

Carlos Emanuel Sautchuk é professor do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, onde coordena o Laboratório de Antropologia da Ciência e da Técnica. Realiza pesquisas sobre pesca, caça e sociedades caboclas amazônicas e se interessa também pelos aspectos teóricos da relação entre humanos e não humanos.

E-mail: cemanuel@unb.br

Pedro Stoeckli é doutorando em Antropologia Social no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, onde participa do Laboratório de Antropologia da Ciência e da Técnica. Realiza pesquisa sobre relações entre humanos, não humanos e o meio na criação de búfalos na Amazônia amapaense.

E-mail: stoeckli@unb.br

Notas

1. As reflexões contidas neste artigo originaram-se no curso “A antropologia de Tim Ingold”, conduzido por Carlos Sautchuk, em 2011, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UnB. Além de Pedro Stoeckli, as seguintes pessoas tiveram participação (integral ou parcial) nos debates acerca de todos os livros autorais de Ingold, contribuindo assim para as formulações aqui desenvolvidas: Rafael Antunes Almeida, Potyguara Alencar dos Santos, Júlia Dias Escobar Brussi, Simone Miranda Soares e Henyo Trindade Barreto Filho.

2. O fato de que a predação pode incrementar a população predada “[...] is because the growth rate of a population is influenced not only by the presence of associated species, but also by self-limiting effects resulting from intra-specific competition for space or dominance, or directly for food” (hpr:7).

3. Note-se que, como seu interesse inicial é pelas renas e sua discussão subsequente se volta às questões evolutivas, nas primeiras fases de sua obra a noção de domesticação refere-se no mais das vezes à relação de humanos com animais, sobretudo mamíferos e aves, ou em termos genéricos. Vê-se um enquadramento mais abrangente, considerando as plantas, emergir em PTE (p. ex., cap. 5, “Making things, growing plants, raising animals and bringing up children”), quando ele busca enfatizar a distinção entre sociedades industriais modernas e sociedades tradicionais, encaminhando sua crítica mais à dicotomia natureza e cultura e suas derivações.

Principais obras de Tim Ingold resenhadas

1976. SLT – *The Skolt Lapps Today*. Cambridge: Cambridge University Press.

1980. HPR – *Hunters, pastoralists and ranchers: reindeer economies and their transformations*. Cambridge: Cambridge University Press.

1986. ESL – *Evolution and Social Life*. Cambridge: Cambridge University Press.

1987. APN – *The Appropriation of Nature: essays on human ecology and social relations*. Manchester: Manchester University Press.

2000. PTE – *The Perception of the Environment: Essays on Livelihood, dwelling and skill*. London: Routledge.

2007. LIN – *Lines: a brief history*. London: Routledge.

2011. BAL – *Being Alive: essays on movement, knowledge and description*. London: Routledge.

Demais referências bibliográficas

DESCOLA, P. 2002. “Genealogia de objetos e antropologia da objetivação”. *Horizontes antropológicos*, 8 (18):93-112.

GIBSON, James. 1979. *An ecological approach to visual perception*. Boston: Houghton Mifflin.

INGOLD, Tim. 1995. “Humanidade e Animalidade”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 10, n. 28.

INGOLD, Tim (ed.). 2010 [1988]. *What is an animal?* London: Routledge.

INGOLD, Tim. 1990. “An Anthropologist Looks at Biology”. *Man, New Series*, v. 25, n. 2:208-229, Jun.

INGOLD, Tim. 2001. “Prefácio”. In: _____. *Ecologia della Cultura*. Roma: Meltemi.

UIEXKULL, J. von. 1982. *Dos animais e dos homens (Digressões pelos seus mundos-próprios e Doutrina do Significado)*. Lisboa: Edição Livros do Brasil.

Resumo

Este ensaio bibliográfico resenha o tratamento da relação entre humanos e animais na obra do antropólogo britânico Tim Ingold, por meio do enfoque nos usos variados da noção de domesticação. São analisadas aqui as sete obras autorais de Ingold, que compõem quatro fases de seu pensamento. De ferramenta para uma aproximação das relações interespecíficas entre humanos e renas, a domesticação passa a figurar como um modo de reposicionar a relação entre humanos e animais no plano da evolução, em seguida é repensada no âmbito de uma crítica à sociedade industrial e, por fim, tem seu valor enquanto conceito dissipado pela ideia de uma onipresença da vida.

Palavras-chave: Ingold, domesticação, humanidade, animais não humanos

Abstract

This article reviews the reflections about the relationship between humans and animals in the work of the British anthropologist Tim Ingold by focusing on the different uses of the concept of domestication. We analyze here the seven major works of the author that comprise four phases of his thought. Initially a tool used by Ingold to approach interspecific relationships between humans and the reindeer, domestication is reconsidered as a way of repositioning the relationship between humans and animals in terms of evolution. It is then reconsidered in the context of a critique of the industrial society, and, ultimately, it has its value as a concept dissipated by the idea of an omnipresent life.

Keywords: Ingold, domestication, humanity, non-human animals

